



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação
Ata nº 004/2020

Aos vinte e dois de abril de 2020 reuniram-se em plenária virtual os conselheiros Maria Aparecida Reyer, Luis Fernando Minasi, Rosana Pfarrius, Elisângela Macedo, Kátia Leivas, Rita de Cássia, Rosimeri Machado e a assessora técnica Jaqueline Micelle presididos pela conselheira Melissa Moraes. Ausente por motivo justificado a secretária Lilian Xavier Machado. A reunião começou com esclarecimentos da presidente sobre a dinâmica da reunião, onde cada conselheiro teria tempo determinado para suas colocações a respeito de dois documentos em análise: 1-proposta do CNE para recuperação dos dias letivos na Pandemia da COVID19 2- questionamento da UNCMERS aos CMEs . A presidente então, passou a palavra ao conselheiro Minasi o qual exarou profundo descontentamento com o documento do CNE, um texto complicado, assinado por três pessoas as quais teve a oportunidade de conhecer e citou Maria Helena Guimarães como pessoa difícil e com ideias educacionais obsoletas, e não concorda com o posicionamento por elas apresentados no texto em questão. O edital de chamamento torna-se um problema, pois como fazer 6 mil municípios do Brasil aderirem a proposta? No município do Rio Grande haverá grande dificuldade em colocar escolas particulares e públicas no mesmo nível, são realidades diferentes e o calendário sugere que ambas estão no mesmo nível. Coloca, também, que se nossas escolas não fazem EAD, não poderão cumprir a carga horária, não precisam completar os dias letivos mas as horas, sim. E, se a escola dispõe de atividades a distância, há uma grande dificuldade dos pais auxiliarem seus filhos nas tarefas dadas. Outro problema apontado pelo conselheiro é o EAD para todos os níveis. Salienta que será uma parceria muito grande e comprometida entre CME e SMEd não havendo complicação por parte do CME, no cumprimento da carga horária de nossas escolas. Em relação às escolas particulares, informa que alguns municípios, como o de Florianópolis, retornam aulas em 1º de junho e já deram 15 dias de férias aos professores, mas aqui fica complicado esse procedimento. Informa que a escola do Sesi envia material de estudo aos alunos e devolverão 15 dias da mensalidade. Compreende que avançar os dias letivos para janeiro e fevereiro de 2021 é uma alternativa e as férias dos professores seriam, conseqüentemente, em março de 2021. Aponta o cumprimento da carga horária aos sábados e feriados como problemas com os crentes e com os alunos que não aguentariam 10h de estudos, haveria produção insatisfatória e os alunos não poderiam faltar. Acrescenta, ainda, que professores estão habituados a essa rotina, os alunos

não. A conselheira Melissa receia que enviar material aos alunos não seja uma boa alternativa, visto que muitos alunos têm outras obrigações em casa e que muitas famílias moram em um cômodo. Outro agravante é a chegada do inverno, o aluno não ter mais falta fica difícil. O conselheiro Minasi diz que merenda escolar não é pauta do CME, novamente reafirma a dificuldade em cumprir o documento analisado e, sem arrogância, diz que pensar junto com a Secretaria a necessidade de as escolas enxugarem os conteúdos e focarem no aprendizado e no essencial, pois a mesma tem influência com as diretoras das unidades escolares. A conselheira Maria Aparecida informa a todos que há uma Portaria do Governo Federal que autoriza distribuição da merenda escolar. A conselheira Elisângela mostra-se preocupada com o que diz no documento com relação ao AEE – Atendimento Educacional Especializado, pois não há como os familiares fazerem intervenções especializadas nos estudantes público alvo. A Sala de Recursos, não tem como enviar “tarefas” para casa, visto não ser um trabalho “ensinagem” e sim de auxiliar os estudantes sobre as adaptações curriculares e instrumentalizá-los quanto os recursos e tecnologias assistivas que oferecem acessibilidade à Inclusão. Salienta que não é função da sala de recursos dar conteúdos, auxiliar no tema de casa, mas sim usar de estratégias para as intervenções especializadas. O conselheiro Minasi cita o Documento Territorial, diz que não é equivocado, está de acordo com nossas escolas, foi pensado e elaborado junto a elas e que essa linha que o Sistema deve seguir e o Documento do CNE não é da realidade de nossas escolas e que as mesmas não têm estrutura física para cumprir o que ali está determinado. Lembra que na página 12, item 5, há referência ao PPP de cada escola e a importância de segui-lo nesse momento tão delicado. A conselheira Elisângela informa que, a coordenação da SMEd é contra o EAD, e que refazer o calendário e pensar sobre cumprimento das horas ainda não foi discutido pela Secretaria. A conselheira Maria Aparecida questiona as representantes da SMEd sobre qual levantamento da situação atual fazia a Secretaria e as diretoras das escolas municipais em reunião já realizada com esses atores. A conselheira Elisângela informa que o foco do Secretário André tem sido verificar a situação da comunidade, oportunizar maior aproximação e que neste momento não é oportunizar maior aproximação e que neste momento não é a questão pedagógica, com atividades de ensinagem. A conselheira sugere uma reunião com o coordenador pedagógico da SMEd, Felipe Alonso, para que o CME possa saber mais detalhes. Sobre a linha de trabalho adotada, pois as assessoras sabem aquilo que lhes é passado. A conselheira Katia explica que a Secretaria num primeiro momento pensou em estabelecer vínculo com as famílias, com a elaboração de atividades e materiais para as escolas. A SMEd entende que neste momento deva-se priorizar o atendimento das dificuldades das famílias, incluindo aí, as alimentícias. A conselheira acrescenta que as escolas buscaram estabelecer vínculo pedagógico e lançaram muitas atividades, inclusive pelo facebook. A presidente questiona se a Secretaria não intervém nesses casos. A conselheira Katia responde que a Secretaria está desenvolvendo uma plataforma para

a parte pedagógica e para as escolas terem acesso e colocar algumas atividades que a escola fez com a comunidade. A secretaria está organizando e sistematizando esse processo. Quanto ao documento do CNE, a conselheira julgou desrespeitoso, principalmente sobre a Educação Infantil ser à distância, pois é impossível estabelecer vínculo e que as crianças só conseguirão essa aprendizagem com seus pais e professores, ensino aprendizagem é competência a escola. Para o documento, tudo é possível de realizar, citando cartilhas e filmes, entre outras sugestões. Exigiria um sistema que nós não temos. Esse documento vai de encontro a tudo que idealizamos no município em relação ao Documento construído no município, o documento não fala das crianças que não serão atingidas, o percentual maior das crianças que não têm acesso a essas mídias, uma lógica que diz o que as famílias devem fazer com suas vidas. A conselheira Elisângela também salienta a questão emocional que atinge a todos. A conselheira Rita concorda com a fala das conselheiras e complementa ser um desrespeito o que propõe o documento, pois não vê a questão financeira das famílias, que estão pagando outros profissionais para atenderem seus filhos enquanto estão trabalhando, já que a Educação Infantil, possui a questão do cuidar, a conselheira Rita comenta também que na lives não foi citada a questão das escolas particulares. Lembrando que as mesmas possuem contrato com o município na compra de vagas, onde muitas famílias possuem dificuldades financeiras, não acreditando ser viável atividades online. Sugere pensar juntos sobre o que fazer no atual momento. A conselheira Rosmerii desconsidera totalmente o documento e, segundo a conselheira, a Associação das escolas Particulares de Educação Infantil questiona se as mesmas terão de cumprir o decreto municipal e que a questão da saúde mental atinge a todos nesse momento. A conselheira Katia diz que o documento não pensa em compra de vagas e sim na lógica comercial da criança. Estabelece vínculos com várias atividades, quais sejam: rotina, desenvolvimento físico, escuta, alimentos. Viver outra lógica do documento é importante para o desenvolvimento integral da criança. Rita diz que não há como falar no pedagógico sem falar no social para os pais que deixam as crianças cada dia em um lugar diferente, pois necessitam trabalhar e não exercem a profissão de professor, alguns pais, por exemplo, são profissionais da saúde e não podem parar de trabalhar, inclusive, dobraram o turno de trabalho. A conselheira Maria Aparecida sugere que o CME faça uma reunião com os pais dessas escolas da rede privada, a fim de dar mais segurança a esse rede tão desassistida. O Conselheiro Minasi alerta que a prioridade é a vida e que agora é a hora do Secretário André mostrar o quão boas são nossas escolas, qualidade essa salientada pelo secretário inúmeras vezes, e que não temos estrutura nem organização de trabalho, a tecnologia não funciona na secretaria, sugere que os professores poderiam organizar em suas casas material para os alunos. Salienta que algumas escolas centrais se colocam como padrão e que não o são e que há escolas periféricas muito boas. As escolas que se intitulam padrão deveriam enviar materiais aos alunos e não o fazem. A conselheira Maria Aparecida sugere ação conjunta do Sistema em exarar um documento pois a insegurança gera ações

equivocadas e diferenciadas das escolas. A conselheira Rosimeri diz que a questão das datas também é bem delicada, pois cada instituição trabalha de acordo com essas datas. A presidente Melissa diz que não há como prever datas e sim, esperar os profissionais da saúde manifestarem-se conforme curvas da pandemia e os possíveis decretos do prefeito. A conselheira Rosimeri comenta que deve ser acelerado o processo da construção do documento por parte do Sistema para que não fique somente em pensamento. A conselheira Katia acrescenta que devemos pensar em outro modelo de escola após pandemia. Os conselheiros concordam com a construção do documento e a conselheira Katia sugere uma lógica que não permita extremos. A conselheira Elisângela sugere o que se marque o quanto antes uma reunião com a Secretaria. O conselheiro Minasi irá elaborar um documento cujo conteúdo abrangerá as análises dos conselheiros do CME sobre documento emanado pelo CNE. A presidente achou muito prudente a Secretaria não promover vídeo aulas e pensar na situação das aulas após pandemia, pois sua grande preocupação é com os alunos que não têm acesso aos meios digitais. A presidente agendará uma reunião com o secretário e defende a importância da união do Sistema, a fim de que se estabeleça uma unidade no pensar e que o CME deve estar a par de todas ações planejadas. A conselheira Melissa e a conselheira Maria Aparecida são contra educação de conteúdo on-line. A conselheira Rita acha válido. O conselheiro Minasi vê como possibilidade, mas aqui acha inviável por questão de carência econômica e conhecimento dos pais no auxílio a seus filhos. Então, dessa forma. O CME não é favorável a EAD pelas condições atuais. O conselheiro Minasi entende que ações nesse sentido, sejam racionais e que ninguém queira se sobressair ao pensamento do outro, mas receia que SMEs, diretoras e corpo docente queiram impor algo. Em relação ao questionamento da UNCME, segundo item da pauta, a presidente informou a todos presentes que ela fará, por determinação da UNCME, um documento com o mapeamento do CME e que na página da UNCME todos devam fazer contribuições sobre o panorama atual. A presidente, então, dá por encerrada a reunião e agradece o empenho do pleno na primeira reunião virtual e ficou decidido que, no período da pandemia, as reuniões virtuais serão às terças-feiras. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, eu, Jaqueline Micelle, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Jaqueline Micelle

Assessora Técnica do CME

Melissa de Moraes Rodrigues

Presidente do CME

